



CLIPPING



16 de
Novembro
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> PALESTINA DO PARÁ DENÚNCIA

O Ministério Público Federal denunciou o ex-prefeito de Palestina do Pará Valciney Ferreira Gomes por crime de responsabilidade. De acordo com a denúncia, entre 2013 e 2016, o ex-prefeito deixou de repassar à Caixa os descontos de salários de servidores que haviam feito empréstimo consignado. O prejuízo aos cofres públicos chegaria a quase R\$ 2 milhões. Se condenado, Valciney pode cumprir pena de até doze anos de prisão, além de ter que devolver os recursos desviados.

EMPOUCASLINHAS

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



O evento foi realizado no conjunto Liberdade, na Terra Firme

FOTO: ANTÔNIO MELO

Projeto promove sarau sobre consciência negra

CIDADANIA

Alexandre Nascimento

O Dia da Consciência Negra, comemorado no próximo dia 20 de novembro, foi debatido no sarau do Projeto Cine Clube TF, “Nós Existimos”, na comunidade do conjunto Liberdade, que fica no bairro da Terra Firme. O evento foi feito com apoio da Secretaria de Estado de Cultura (Secult) e da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Pará (MPPA).

O sarau integra a campanha “novembro da Consciência Negra”, e apresentou documentários com relatos de pessoas pretas, principalmente jovens, da Terra Firme, assim como apresentações artísticas. “O bairro é estigmatizado como violento, que faz o jovem preto da periferia ser alvo de extermínio. Mas não, o jovem preto da periferia é potencialmente capaz de produzir

cultura”, disse a professora Lilia Melo, coordenadora do Cine Clube TF.

O MPPA enfatizou a importância dessa conscientização nas periferias, sobretudo por meio da cultura. “A promotoria é apoiadora para que os direitos da periferia sejam respeitados, principalmente dos jovens negros que há anos é ameaçada. E eventos como esse estimulam que a resistência seja exercida para que eles mesmos sejam os protagonistas pelo seus direitos”, declarou Mônica Freire, promotora.

“Antes, o caminho era apenas ao crime, sem perspectivas. Mas agora, com esses eventos, nossos jovens querem seguir o caminho da arte, cultura, querem ser pessoas do bem”, disse Sandra Sousa, 44 anos, moradora da comunidade. Além da programação cultural, cerca de 100 famílias que se cadastraram junto à organização, receberam cestas básicas, assim como orientações sobre o funcionamento do MPPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

JOVEM TERIA SIDO BALEADA PELO EX-NAMORADO ELA NÃO RESISTIU AOS FERIMENTOS E MORREU

Quatro dias depois de ter sido atacada violentamente com quatro tiros, Édricka Moreira Lopes da Silva teve sua morte confirmada, no Hospital Metropolitano, em Ananindeua, na Grande Belém, onde ficou internada

FEMINICÍDIO

JR Avelar

O anúncio da morte de Édricka Moreira Lopes da Silva, 19, na manhã de ontem, no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência de Ananindeua, na Grande Belém, vítima de baleamento na última quinta-feira (11), passa a ser investigada pela Polícia Civil, diante das circunstâncias e cobranças por parte da família e amigos.

O crime aconteceu em uma rua do conjunto Sideral, em Belém, sendo que além de Édricka Moreira, uma amiga que a acompanhava também foi baleada, e pelas evidências a família acredita que a jovem foi vítima de feminicídio.

O principal suspeito do crime apontado por amigos e familiares seria um militar do Exército Brasileiro, ex-namorado da vítima que não foi encontrado desde o dia do baleamento da jovem.

Édricka Moreira foi alvejada com quatro disparos de arma de fogo, sendo que dois atingiram o abdômen e o restante a perna e o braço. A amiga dela também acabou atingida na perna.

O relato do crime aponta que por volta das 22h30 da última quinta-feira (11), as duas mulheres voltavam para casa depois de lanchar em uma das ruas do Sideral, quando foram abordadas por um carro.

Um homem que estava no banco de trás saiu e anunciou um suposto assalto, mas antes mesmo de roubar qualquer pertence ele disparou contra Édricka Moreira e atingiu a jovem quatro vezes, e uma das balas acabou acertando também a amiga.

PROCURADO

As investigações centralizam no ex-namorado, diante de um histórico de violência que a vítima teria sofrido após o relacionamento ser interrompido há um mês e o suspeito não ter aceitado perder a mulher.

Diante da violência sofrida, Édricka Moreira no final de outubro procurou a Polícia e pediu uma medida protetiva contra o ex-namorado e aguardava uma posição da Justiça.

O fato do suposto assalto pode ter sido para mascarar a situação. Tão logo aconteceu o baleamento, a família da jovem procurou a Polícia Civil que segue investigando o paradeiro do rapaz que seria sargen-



A mulher de apenas 19 anos de pediu medida protetiva contra o acusado no fim de outubro, mas não obteve resposta da Justiça
FOTO: DIVULGAÇÃO

to do Exército Brasileiro e que foi procurado em vários endereços e até o fechamento desta edição, mas não foi localizado pelas autoridades.

Outro fato faz parte das investigações. Dias antes, a jovem teve o celular roubado por um ladrão em uma ação cinematográfica. O bandido, mesmo vendo que ou-

tras pessoas estavam com telefones, preferiu o de Édricka, levantando suspeitas que era um ataque dirigido para alguém se aposar do aparelho e eliminar provas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Tribunal de Justiça do Pará busca criar parcerias para ações de conciliação

🕒 12 de novembro de 2021 - 📁 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) esteve reunido com a prefeita de Marituba, Patrícia Mendes, na quinta-feira (11/11), a fim de instituir parceria entre Judiciário e Prefeitura Municipal para realizar eventos de conciliação e ações do Pai Presente, projeto voltado ao reconhecimento de paternidade por meio de exames de DNA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A reunião ocorreu durante a programação da XVI Semana Nacional da Conciliação, que segue até a sexta-feira (12/11) em todas as Comarcas do Pará, onde ocorrem audiências de conciliação e mediação nos 1º e 2º graus de jurisdição.

O Cejusc Marituba realizou uma ação concentrada também na quinta-feira (11/11), no Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP), no qual ocorreram atendimentos pré-processuais referentes a Direito de Família. Compareceram às audiências 19 casais, e 18 deles realizaram acordo após receberem atendimento completo, com parecer do Ministério Público e sentença homologada pelo juiz.

O coordenador do Centro Marituba, Augusto Carlos Corrêa Cunha, disse que, ao final da audiência, as partes saíram com o material pronto para atos de comunicação e de mudança da realidade jurídica, com o fim do casamento ou dissolução de união estável, guarda de filhos e alimentos.

O juiz explicou, ainda, que o Cejusc Marituba incluiu mais um dia nas atividades da XVI Semana Nacional da Conciliação, visando à ampliação dos trabalhos de registro público e de reconhecimento de paternidade. Na ocasião, são feitos exames de DNA e, após a coleta do material, há tentativa de mediação, caso o exame seja considerado positivo. Para o magistrado, a ação concentrada “é uma tarefa de pacificação social na preservação do bem-estar das famílias”.

Ao longo da semana, as Varas da Comarca de Marituba e o Cejusc de Marituba realizaram pautas concentradas em 29 sessões virtuais e presenciais, das quais 10 resultaram em acordo. Nesta sexta-feira (12/11), presencialmente, estão sendo realizadas audiências referentes a 10 processos de investigação de paternidade e feitas as coletas de material para exame de DNA. Já em Itaituba, a equipe da 2ª Vara Cível realizou 31 acordos, das 71 audiências de conciliação realizadas.

O encerramento da Semana Nacional da Conciliação ocorreu nesta sexta-feira (12/11), às 8h, com a realização do casamento comunitário. A cerimônia oficializou a união de 42 casais que se inscreveram em agosto deste ano. A

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

celebração foi realizada em parceria com o cartório do 2º Ofício de Registro Civil Guedes de Oliveira.

[Fonte: TJPA](#)

MACRODESAFIO
**AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

[QUEM DÁ MAIS?](#)

TJPA abre leilão virtual de embarcações paraenses; saiba como funciona!

16 NOV 2021 - 09:59 | ATUALIZADO 16 NOV 2021 - 10:10

Compartilhar 1



O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) realizará leilão de 15 embarcações e 14 reboques no dia 25 de novembro, às 10 horas, em sessão online, do tipo maior lance à vista por lote, na plataforma Vip Leilões.

Pessoas interessadas devem fazer cadastro prévio no site eletrônico para adquirir login e senha.

Entre os bens leiloados estão barcos tipo voadeira, carretas tipo reboque, barcos de alumínio naval, embarcações de pequeno porte e reboques rodoviários. As embarcações são originárias das Comarcas de Afuá, Alenquer, Almeirim, Anajás, Breves, Cametá, Moju, Muaná, Oeiras do Pará, Portel, Prainha, Santarém, São Sebastião da Boa Vista e Terra Santa. Os bens foram declarados

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

inservíveis à Administração Pública pelo critério da antieconomia, e serão vendidos no estado de conservação e condições em que se encontram.

Os bens situados na Capital e no interior do Estado poderão ser visitados presencialmente nos dias 23 e 24 de novembro de 2021, das 9 às 14h. Visitantes deverão adotar os protocolos utilizados na prevenção à Covid-19.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ESPERTINHO

Foragido da Justiça escapa algemado durante tentativa de prisão no Pará

Autoridades pedem ajuda da população para encontrá-lo mais uma vez

15 NOV 2021 - 15:49 | ATUALIZADO 15 NOV 2021 - 15:49 | Compartilhar 9



Um homem que estava foragido da justiça conseguiu fugir novamente da polícia no momento em que estava sendo preso. O caso foi no município de Tomé Açu e agora as autoridades pedem ajuda da população para encontrá-lo mais uma vez.

O "espertinho" foi identificado como Jhon Wesley Nascimento da Silva, e tinha sido capturado no último sábado, 13, após ser acusado de tráfico de drogas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Jhon Wesley estava acompanhado por um escrivão e um investigador da Polícia Civil quando aproveitou um momento de distração dos policiais e conseguiu fugir. Ele já estava algemado.

No domingo, 14, Jhon Wesley foi visto nas redondezas da rua do pó no bairro da Vitória, e a polícia pede a ajuda de toda a população para encontrar o fugitivo, que ele já tem passagens pela polícia por homicídio, tráfico de drogas e roubo.

Quem souber de qualquer informação sobre Jhon Wesley, deve ligar para os números da Polícia Militar no município: 14ª CIPM – (91) 99115 – 9946 / (91) 98409 – 9742 / (91) 98411 – 8294

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Silêncio e medo: Pará aumenta em 28% casos de estupro contra crianças e adolescentes

Apesar dos números assustadores, boa parte dos casos não é denunciada e delegada fala sobre necessidade de registros



Ana Carolina Matos

14.11.21 11h31

Denunciar uma violência sexual nunca é fácil. Sejam mulheres adultas ou crianças e adolescentes, a missão de relatar um horror vivido dentro da intimidade costuma ser o momento pós-crime mais traumático para as vítimas, que por vezes levam meses e até anos para conseguir falar sobre o assunto e procurar ajuda. Apesar da grande subnotificação de casos de estupro, as ocorrências são muitas em território paraense. Segundo informou a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup) a pedido da reportagem, o estado somou 480 crimes deste tipo de janeiro a setembro de 2021. Ano passado, foram 532 ocorrências: o que indica que este ano já tem 90% dos casos totais de 2020.

Mesmo com números preocupantes, é possível perceber, ao menos segundo as estatísticas, que a predileção dos abusadores é pela fragilidade da infância. A diferença entre os índices oficiais é estarrecedora. O Pará registrou 2.032 casos de estupro de vulnerável de janeiro a setembro de 2021, contra 1.591 ocorrências totais do ano anterior - ou seja, uma alta de quase 28% em relação a 2020.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Os dados apresentados pela Segup representam apenas os casos em que as vítimas decidiram denunciar a ação criminosa. Estimar quantas pessoas sobreviveram a crimes como esses sem sequer falar sobre o assunto com amigos e familiares, ou levar o caso às autoridades policiais é praticamente impossível. O silêncio, muitas vezes, costuma ser a escolha de muitas vítimas.

VEJA MAIS



[Policiais militares prendem rapaz de 19 anos por estupro de vulnerável, em Tailândia](#)



[Avô e sobrinho são condenados por estupro de vulnerável, no Marajó](#)



[Família descobre que avô estuprava a própria neta dentro de casa](#)

Este foi o caso de uma adolescente de 14 anos, que apenas neste ano conseguiu contar para a mãe que havia sido vítima de um abuso sexual quando tinha apenas 10 anos. "Ela aproveitou o momento em que tivemos uma perda familiar na época da covid-19 para contar. Ela não aguentava mais e nos contou no momento em que começou a entender o que houve. Nós perguntamos porquê ela não falou antes, mas ela disse que não queria nos deixar tristes. Apesar de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

sermos unidos e termos essa relação de confiança, ela ficou com medo", conta a mãe, que preferiu não se identificar.

O crime teria sido cometido, segundo alega a família em um boletim de ocorrência sobre o caso, por um merendeiro de uma escola particular no bairro do Coqueiro, em Ananindeua. Próximo da família, o homem teria se utilizado de curtos momentos a sós com a menina para cometer os atos criminosos, que ocorreram pelo menos duas vezes: uma na casa do acusado e outra em via pública.

A mulher relata ainda que o merendeiro também vitimou outra criança, abusando dela sexualmente no ambiente escolar em que ele trabalha e a criança visitou. "As duas meninas tentaram suicídio. Minha filha tinha altos e baixos que a gente não entendia e depois a gente foi entender. Ele acabou com a infância da nossa filha e acabou com a nossa família", desabafa.

O crime contra a segunda vítima ocorreu em 2020, segundo relatou o pai da menina à reportagem. "Fiquei sabendo em setembro do ano passado, porque a mãe dela me contou. Quando eu soube, eu pirei, fui atrás desse cara mas não achei. Ela tinha acabado de fazer 12 anos", lamenta o progenitor, que preferiu não ser identificado.

Mas será que é possível denunciar mesmo meses ou até anos depois que um estupro ocorreu? A juíza criminal Cristina Collyer garante que sim. Segundo a magistrada, há um grande intervalo de tempo para que a denúncia seja feita antes do crime prescrever, isto é, deixar de ser passível de pena.

"Estuprador não confessa", diz juíza

"No Direito existe a figura da prescrição, que é quando há a extinção da possibilidade do Estado punir o autor do crime. As vítimas de estupro possuem de 16 a 20 anos para denunciar. Sendo que 16 é para casos de estupro contra mulher adulta e 20 se for contra uma mulher maior de 14 e menor de 18 anos. No estupro de vulnerável, quando a vítima é menor de 14 anos ou tem

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

enfermidade e/ou deficiência mental, o prazo de prescrição só passa a contar a partir do momento em que a vítima completar 18 anos", detalha a magistrada.

A juíza enfatiza ainda que uma mudança no Código Penal Brasileiro, em setembro de 2018, facilitou ainda mais o processo da denúncia. "Antes da reforma, os casos de estupro só podiam ser denunciados pela própria vítima. Isso mudou. Qualquer pessoa pode fazer uma denúncia anônima ou denunciar abertamente, seja na Polícia ou no Ministério Público. O importante é levar ao delegado a maior parte de informações possíveis, porque só a palavra da vítima é difícil para conseguir uma condenação. Então a pessoa tem que reunir provas. O ideal é ter a palavra da vítima, testemunhas presenciais com as quais a vítima tenha conversado sobre o fato, exame de sêmen nas roupas e um exame de corpo de delito, se possível", apontou.

A reunião das provas, destaca ainda a magistrada, é crucial para que a justiça seja feita em casos como esse. "Eu tenho quase 20 anos de magistratura e eu nunca vi um estuprador confessar que estuprou. O homicida confessa. O traficante de drogas confessa, mas o estuprador nunca vi. Eles sempre dizem que não foram eles porque não tem testemunha ocular ou, se tem alguém que viu ou confirma a história, eles dizem que a mulher se ofereceu ou o seduziu, então é muito importante que tenham outras provas para embasar", detalha.



[Homem suspeito de estupro é morto a golpes de facão no sul do Pará](#)



[Homem que mantinha 'relacionamento' com adolescente de 14 anos é detido no Pará](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Canais de denúncia estão sempre prontos para atender as vítimas

Diretora da Delegacia Especializada No Atendimento À Criança E Adolescente (Deaca/CPC), a delegada Cristina Maria Bastos enfatiza que para a polícia, qualquer momento é válido para denunciar. "Em qualquer momento a denúncia de abuso sexual pode ser feita. Entretanto, quanto mais breve é feita a denúncia e com maior rapidez as provas são colhidas, teremos maior possibilidade de êxito na responsabilização do acusado. Em crimes ocorridos há bastante tempo, o processo de coleta de provas fica mais prejudicado, mas se o crime não estiver prescrito a responsabilização ocorrerá da mesma forma", enfatiza.

Segundo diretora da Deaca/CPC, muitas vítimas decidem se calar por medo ou vergonha. "No Brasil, a Lei 12.015/2009 integra o Código Penal e protege as vítimas nos casos dos chamados 'crimes contra a dignidade sexual'. Apesar da existência da legislação e dos órgãos protetores, parte das vítimas apresenta resistência em denunciar os agressores, por conta do medo de ser julgada pela sociedade ou de sofrer represália quando o agressor é uma figura de poder ou de confiança; vergonha; burocracia das investigações e sensação de impunidade".

A delegada informa ainda a existência de serviços gratuitos de denúncia. "Qualquer pessoa pode fazer uma denúncia pelos serviços, que funcionam 24h por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. Os canais estão sempre abertos e a denuncia deve ser feita para que se evite que o abusador continue em sua prática criminoso", pontua.

Saiba como denunciar

Casos de estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes podem ser denunciados pelo Disque-Denúncia 181, Centro Integrado de Operações 190 ou, ainda, pelo canal Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Não é necessário se identificar e a ligação é gratuita.

Também é possível fazer denúncias nos seguintes locais:

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Travessa Mauriti nº2393, entre as avenidas Duque de Caxias e Rômulo Maiorana, no bairro do Marco).
Tel: (91) 3246-6803

- DEAM de Ananindeua (Travessa We 31, nº1112, bairro do Coqueiro). Tel: (91) 98435-2596

- Delegacia Especializada No Atendimento À Criança E Adolescente: Belém: Santa Casa (R. Bernal do Couto, 988) e Rodovia Transmangueirão, s/n | Ananindeua: rodovia Mário Covas, 50

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br